Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.

CNPJ/MF nº 13.574.672/0001-52

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais - R$)*

Ativos	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.393	3.299
Títulos e valores mobiliários	5	110.845	381.468
Contas a receber de clientes	6	23.499	18.758
Estoques		51.247	39.065
Impostos a recuperar	7	8.189	23.841
Imposto de renda e contribuição social	7.1	65.497	35.016
Créditos com partes relacionadas		3.020	3.184
Adiantamentos a fornecedores	8	1.254	7.540
Pagamentos antecipados		6.234	8.926
Subvenção governamental a receber	26	26.675	–
Outros créditos		30.153	30.238
Total do ativo circulante		**353.006**	**551.335**
Contas a receber de clientes LP	6	4.800	6.400
Impostos a recuperar LP	7	44.669	81.233
Imposto de renda e contribuição social	7.1	36.369	–
Pagamentos antecipados LP		702	4.165
Créditos com partes relacionadas	16	196.461	30.837
Depósitos judiciais		30.828	9.229
Ativos fiscais diferidos	23	29.622	71.228
Imobilizado	9	1.441.472	1.479.220
Intangível	10	21.872	9.177
Bem de direito de uso	11	21.239	25.374
Total do ativo não circulante		**1.828.034**	**1.716.863**
Total do ativo		**2.181.040**	**2.268.198**

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Fornecedores	12	50.513	28.271
Empréstimos e financiamentos	13	18.032	35.458
Obrigações sociais e trabalhistas	14	16.603	10.498
Obrigações tributárias		11.274	13.405
Imposto de renda e contribuição social		28.359	37.431
Contas a pagar com partes relacionadas	16	17.746	58.881
Adiantamento de clientes		15.932	3.668
Passivo de arrendamento	11	7.349	8.080
Processos judiciais	15	22.960	16.498
Dividendos a pagar		435	435
Subvenção governamental a realizar	26	26.675	–
Outras contas a pagar		1.512	3.203
Total do passivo circulante		**217.390**	**215.828**
Empréstimos e financiamentos	13	964.508	1.697.695
Passivo de arrendamento	11	16.586	19.521
Contas a pagar com partes relacionadas	16	–	61.385
Total do passivo não circulante		**981.094**	**1.778.601**
Total do passivo		**1.198.484**	**1.994.429**
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	969.596	519.596
Reservas de lucros		648	–
Lucros acumulados		12.312	(245.827)
Total do patrimônio líquido		**982.556**	**273.769**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.181.040**	**2.268.198**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízo/Lucro acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**519.596**	**–**	–	**(232.440)**	**287.156**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(13.387)	(13.387)
Reserva de incentivo fiscal	–	–	13.126	(13.126)	–
Destinação de reserva de incentivo fiscal (*)	–	–	(13.126)	13.126	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**519.596**	**–**	**–**	**(245.827)**	**273.769**
Lucro do exercício	–	–	–	258.787	258.787
Reserva legal	–	648	–	(648)	–
Integralização de capital	450.000	–	–	–	450.000
Reserva de incentivo fiscal	–	–	8.906	(8.906)	–
Destinação de reserva de incentivo fiscal (*)	–	–	(8.906)	8.906	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**969.596**	**648**	**–**	**12.312**	**982.556**

(*) Conforme mencionado em nota explicativa nº 26, o montante destinado para reservas de incestivos fiscais são calculados com base no lucro fiscal. Desta forma, os valores expressos são apenas para ilustrar essa movimentação de maneira que não afete possíveis distribuições de dividendos futuros aos seus acionistas.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	20	747.395	534.970
Custos dos serviços prestados	21	(380.378)	(310.006)
Lucro bruto		**367.017**	**224.964**
Despesas Operacionais			
Gerais e administrativas	21	(50.680)	(55.557)
Perdas por *impairment*	9	(24.740)	–
Outras Despesas/Receitas	21.1	203	51.633
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		**291.800**	**221.040**
Receitas financeiras	22	128.012	3.192
Despesas financeiras	22	(88.034)	(217.694)
Resultado financeiro		**39.978**	**(214.502)**
Resultado operacional e antes do imposto de renda e contribuição social		**331.778**	**6.538**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	23	(31.385)	(37.432)
Diferido	23	(41.606)	17.507
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**258.787**	**(13.387)**
Resultado por ação básico e diluído – R$	18	0,3865	(0,0258)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício	258.787	(13.387)
Resultado abrangente do exercício	**258.787**	**(13.387)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	258.787	(13.387)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Provisões para bônus e gratificações	7.917	(1.776)
IR e CS corrente e diferido (nota 23)	72.991	19.925
(Constituição) Reversão da provisão de contingência (nota 21)	5.295	6.704
Juros incorridos nos empréstimos (nota 21)	63.661	91.993
Juros apropriados – arrendamentos (nota 11)	2.123	2.168
Atualização monetária e variação cambial (nota 22)	(110.010)	117.389
Rendimento de aplicação financeira	16.211	(16.518)
Depreciação e amortização (nota 21)	104.000	93.541
Amortização do bem de direito de uso (nota 21)	8.920	7.935
Perdas por impairment (nota 21)	24.740	–
Baixas de ativos por perda (nota 21)	149	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	1.081	(15.852)
Estoques	(12.182)	(23.681)
Impostos a recuperar	(14.634)	19.490
Adiantamentos a fornecedores	6.286	(149)
Pagamentos antecipados	6.155	772
Depósitos judiciais	(21.599)	(2.430)
Outros créditos	85	(4.012)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	16.883	6.675
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.812)	260
Obrigações tributárias	27.122	3.431
Adiantamentos de clientes	12.264	(3.527)
Outras contas a pagar	(1.691)	2.925
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(80.125)	(51.001)
Imposto de renda e contribuição pagos	(69.710)	(27.485)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**322.907**	**213.390**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(84.795)	(151.333)
Aquisição de ativo intangível	(14.110)	(5.184)
Títulos e valores mobiliários (aplicação)	(813.480)	(1.289.826)
Títulos e valores mobiliários (resgates)	1.067.892	1.116.065
Mutuo entre partes relacionadas	(165.460)	117.913
Caixa liquido aplicado nas atividades de investimento	**(9.953)**	**(212.365)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal – empréstimos	(626.766)	(51.448)
Aumento de capital	450.000	–
Arrendamento pago	(10.574)	(9.295)
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(102.520)	55.602
Caixa liquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(289.860)**	**(5.141)**
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**23.094**	**(4.116)**
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do período	3.299	7.415
No final do período	26.393	3.299
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**23.094**	**(4.116)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Verde e Branco, S/N – Itupanema, Barcarena-PA, constituída em 21 de março de 2011, tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nesses ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento. **Guerra Rússia e Ucrânia:** As instabilidades provocadas pela guerra entre Rússia e Ucrânia, elevaram custos e reduzem as expectativas de crescimento mundial. No dia 24 de fevereiro de 2022, a Rússia decidiu atacar a Ucrânia após meses de crises com o Ocidente. Essa decisão resultou na mais grave crise militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, com efeitos econômicos em todos os países, inclusive no Brasil: i. Aumento da incerteza em torno do cenário econômico mundial, gerando maior dificuldade e menos flexibilidade no acesso à crédito; ii. Aumento do preço do petróleo e gás, visto que a Rússia é um dos grandes produtores mundiais, agravada pelas sanções econômicas impostas aos russos; iii. O choque de oferta de commodities gerou pressões inflacionárias no mundo inteiro que já vinham se acumulando; iv. Energia, Petróleo, Dólar foram os principais agentes do aumento inflacionário, afetando as indústrias brasileiras que já vinham pressionadas durante o ano de 2022; A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos dessa guerra e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

2. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 17 de outubro de 2023. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte notas explicativas: • Nota explicativa nº 20 – reconhecimento de receita: ocorrida na evolução das viagens realizadas As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber • Nota explicativa nº 9 – vida útil dos ativos imobilizados • Nota explicativa nº 15 – reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais; • Nota explicativa nº 23 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Companhia reconheceas transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota explicativa nº 24 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos. **d) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados: **(a) Mudança nas políticas contábeis:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **(b) Reconhecimento da receita:** Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas de transporte são reconhecidas ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso, (proporcionalmente à evolução das viagens), que duram entre 7 e 20 dias. As receitas referentes aos serviços de transbordo e elevação são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços. Os preços de serviços são determinados com base em contratos. Em alguns casos a Companhia opera com seus clientes sob o regime contratual de take or pay, onde o cliente garante um fluxo de pagamento mínimo anualmente ou trimestralmente dependendo de cada contrato para a prestação de serviços de logística pela Companhia. Nos casos em que os serviços prestados em cada período do relatório são inferiores a quantidade mínima esperada, a Companhia estima se o cliente poderá executar todos os serviços dentro do exercício corrente com apurações trimestrais e anuais. **(c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(d) Instrumentos financeiros e de patrimônio:** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócio em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negocio:* O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Capital social – Ações ordinárias:*** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. **(e) Imobilizado:** *Reconhecimento e mensuração:* Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e, estão deduzidos da depreciação acumulada quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 9. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(f) Ativos intangíveis:** *Outros ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de cinco anos. **(g) Redução ao valor recuperável:** ***Ativos financeiros não derivativos:*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

continua …

D4Sign 1492d28c-4866-4d67-a37d-a0f1e1943caf - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

• outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas ("*forward-looking*"). A Companhia considera um ativo financeiro como risco e inadimplência quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento": • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está expostas ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. *Baixa:* O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de avaliar a necessidade de baixa do valor contábil bruto com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(h) Benefícios a empregados:** ***Benefícios de término de vínculo empregatício:*** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **(i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(j) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Não há fator diluidor para resultado por ação diluído. **(k) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. **(l) Imposto de renda e contribuição social:** Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. **(m) Subvenção e assistência governamentais:** Uma subvenção governamental incondicional relacionada é reconhecida no resultado como 'Outras Receitas' quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a Companhia ao qual apresentou Lucro Contábil, e consequentemente a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. **(n) Arrendamentos:** Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado". **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **(o) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS1): As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo e circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para os períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido a esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando possíveis desdobramentos sobre esses desenvolvimentos futuros. Outras normas: Não se espera que as seguintes novas normas e alterações tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2); • Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e conta corrente	8.353	3.299
Bancos contas depósitos	18.040	–
Total	**26.393**	**3.299**

5. Títulos e valores mobiliários

	2022	2021
Fundo Itaú PP Portfólio (a)	58.929	2.834
Itaú Fundo FICFI 311 (b)	47.907	256.185
FIDC (Fundo Invest Dir Credit) (d)	2.185	118.685
Fundo ABC (c)	–	1.366
Santander Vip Cambial_VDC (e)	1.824	1.882
Santander Automatica	–	516
Total	**110.845**	**381.468**

(a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 106,24% do CDI (110,50% em 31 de dezembro de 2021). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. (b) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú Cambial FIC FI, referenciado na variação cambial do dólar americano – Ptax800, com rentabilidade de -3,35% (7,74% em 2021). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos Públicos Federais. (c) As aplicações financeiras que representam investimentos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB) no Banco ABC Brasil, referenciado na variação do CDI, não tiveram rentabilidade em 31 de dezembro de 2022 devido à descontinuidade dessa aplicação (em 31 de dezembro de 2021, a rentabilidade era de 99% do CDI). (d) Aplicações financeiras que representam investimentos no FIDC Upside, com rentabilidade de -27,80% (12,52% em 31 de dezembro de 2021). A carteira do fundo é composta por cessão de direitos creditórios e cotas de fundos compostos exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. (e) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander Vip Cambial, referenciado na variação cambial do Dólar norte-americano – Ptax800, que teve rentabilidade média de -3,11% em 31 de dezembro de 2022 ou +3,39% em relação à variação da Ptax no mesmo período (7,9% em 31 de dezembro de 2021 ou +0,51% em relação à variação da Ptax no mesmo período). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos Públicos Federais e operações compromissadas lastreadas em títulos Públicos Federais.

6. Contas a receber de clientes – 6.1 Composição dos saldos

	2022	2021
Contas a receber registradas no exterior	8.872	3.515
Contas a receber registradas no Brasil	19.427	21.643
Total	**28.299**	**25.158**
Circulante	23.499	18.758
Não circulante	4.800	6.400

6.2 Composição do contas a receber por idade de vencimento

	2022	2021
A vencer	21.336	15.613
Vencidos até 30 dias	6.963	3.145
Vencidos há mais de 180 dias	–	6.400
Total	**28.299**	**25.158**

A Companhia entende que o risco de crédito é baixo conforme histórico e, por essa razão julgou-se que não era necessário a constituição de uma perda estimada.

7. Impostos a recuperar

	2022	2021
IRRF s/ Aplicação financeira (a)	3.353	2.322
PIS/COFINS (b)	49.162	64.678
ISS	343	488
IRPJ – Saldo negativo	–	37.586
Total	**52.858**	**105.074**
Ativo circulante	8.189	23.841
Ativo não circulante	44.669	81.233

Os tributos a recuperar são registrados pela competência, de acordo com as retenções sofridas e/ou pagamentos realizados, de tal forma que a Companhia apresenta as situações abaixo: (a) As retenções de Imposto de Renda, sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa realizadas pela Companhia, são reconhecidas no Ativo conforme informações prestadas pelas instituições financeiras periodicamente. (b) As contribuições do Pis e Cofins decorrem dos créditos calculados na Navegação. Esses créditos são calculados, principalmente, sobre as aquisições de combustível e sobre a subcontratação de transportadoras na operação multimodal (OTM) na parte rodoviária. Os créditos são compensados mensalmente com os débitos apurados nas prestações de serviços ou trimestralmente com os débitos de outros tributos federais através de compensação via PER/DCOMP no prazo máximo de cinco anos. O montante apresentado no ativo não circulante trata-se substancialmente depedidos de ressarcimento junto a Receita Federal dos créditos de Pis e Cofins, os quais não possuem prazo pré-determinado para recebimento.

7.1. Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social	101.866	35.016
Total	**101.866**	**35.016**
Ativo circulante	65.497	35.016
Ativo não circulante	36.369	–

O Imposto de Renda e Contribuição Social, são apresentados no ativo conforme antecipações realizadas de acordo com as legislações tributárias vigentes, no que tange o Lucro Real, bem como retenções sofridas em decorrência de pagamento de serviços prestados pela Companhia.

8. Adiantamento fornecedores

	2022	2021
Adiantamentos registrados nas empresas no Brasil	1.254	7.540
Total circulante	**1.254**	**7.540**

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de adiantamento a fornecedores é composto basicamente por R$ 1.235 (R$ 6.374 em 31 de dezembro de 2021) referente a adiantamento à outros fornecedores inerentes à operação da Companhia como serviços de atracamento e docas em portos.

9. Imobilizado – A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Terrenos	Edificações	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Veículos	Empurradores, barcaças e navios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2021	76.164	473.688	14.647	196	209.584	3.635	–	516.266	185.040	1.479.220
Adições	–	2	50	119	556	228	–	9.349	77.704	88.008
Perdas por *impairment*	–	–	–	–	–	–	–	–	(24.740)	(24.740)
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	–	(149)	(149)
Transferências	–	149	21.205	35	8.521	463	9	51.044	(81.426)	–
Depreciação	–	(24.235)	(6.947)	–	(42.033)	(1.313)	(9)	(26.330)	–	(100.867)
Saldo em 31/12/2022	**76.164**	**449.604**	**28.955**	**350**	**176.628**	**3.013**	**–**	**550.329**	**156.429**	**1.441.472**
Custo histórico	76.164	605.550	38.103	465	417.540	6.599	271	658.552	156.429	1.959.673
Depreciação acumulada	–	(155.946)	(9.148)	(115)	(240.912)	(3.586)	(271)	(108.223)	–	(518.201)
Taxa anual de depreciação – %	–	4	10	10	10	25	20	25	–	

	Terrenos	Edificações	Instalações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônicos e informatica	Veículos	Empurradores, barcaças e navios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2020	76.164	487.487	3.236	13	216.691	630	6	471.645	165.073	1.420.945
Adições	–	–	–	68	898	122	–	–	150.245	151.333
Transferências	–	10.514	12.801	147	34.193	3.816	–	67.829	(130.278)	(978)
Depreciação	–	(24.313)	(1.390)	(32)	(42.198)	(933)	(6)	(23.208)	–	(92.080)
Saldo em 31/12/2021	**76.164**	**473.688**	**14.647**	**196**	**209.584**	**3.635**	**–**	**516.266**	**185.040**	**1.479.220**
Custo histórico	76.164	605.399	16.750	325	408.463	5.909	262	598.255	185.040	1.896.567
Depreciação acumulada	–	(131.711)	(2.103)	(129)	(198.879)	(2.274)	(262)	(81.989)	–	(417.347)
Taxa anual de depreciação – %	–	4	10	10	10	25	20	25	–	

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "*impairment*": De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração realizou estudo e identificou a necessidade de provisão para redução do saldo contábil da parte do que seria a operação de Logística de Sal em que não há expectativa de retorno sobre o investimento, já que, em 2023, a Companhia assimilou a inviabilidade de realizar a operação de logística de sal no Rio Grande do Norte nos moldes inicialmente pensados, em razão de óbice regulatório intransponível (vide nota explicativa nº 27). A potencial operação de Logística de Sal, para as quais as iniciativas foram realizadas a partir de abril de 2019, consistia na navegação e transbordo de sal na região do Rio Grande do Norte, buscando melhorar o desempenho operacional dos clientes salineiros da região. Em face ao exposto acima, a Companhia registrou provisão para redução ao valor recuperável no montante de R$ 24,740.

10. Intangível – A composição e movimentação do ativo intangível em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2021	2.600	6.577	9.177
Adições	–	15.828	15.828
Transferências	8.432	(8.432)	–
Amortização	(3.133)	–	(3.133)
Saldo em 31/12/2022	**7.899**	**13.973**	**21.872**
Taxa annual de amortização – %	20	–	
Custo histórico	15.845	13.973	29.818
Amortização acumulada	(7.946)	–	(7.946)

	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2020	1.733	2.743	4.476
Adições	–	5.184	5.184
Transferências	2.328	(1.350)	978
Amortização	(1.461)	–	(1.461)
Saldo em 31/12/2021	**2.600**	**6.577**	**9.177**
Taxa annual de amortização – %	20	–	
Custo histórico	7.413	6.577	13.990
Amortização acumulada	(4.813)	–	(4.813)

11. Bem de direito de uso – A composição e movimentação do ativo de bem de direito de uso em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Ativo – Direito de Uso	**Embarcações**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	25.374
Constituição	4.785
Amortização	(8.920)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	**21.239**

Ativo – Direito de Uso	**Embarcações**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	23.439
Constituição	9.870
Amortização	(7.935)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	**25.374**

Abaixo a movimentação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Passivo – Arrendamento a Pagar	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	27.601
Constituição	4.785
Juros apropriados	2.123
Pagamento do principal	(10.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**23.935**
Circulante	7.349
Não circulante	16.586

Passivo – Arrendamento a Pagar	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	24.858
Constituição	9.870
Juros apropriados	2.168
Pagamento do principal	(9.295)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**27.601**
Circulante	8.080
Não circulante	19.521

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	
2023	5.272
2024	4.500
2025	4.634
2026	4.691
2027 em diante	1.231
Total	**20.328**
Juros embutidos	3.607
Passivo dos arrendamentos	**23.935**

A taxa média de desconto para ativos arrendados variou entre 9,4% e 8,7% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (9,4% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

12. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais	49.985	28.018
Fornecedores estrangeiros	528	253
Total	**50.513**	**28.271**

13. Empréstimos e financiamentos

	Tipo	Vencimento final	Taxa de juros – a.a.	2022	2021
HB Vila do Conde Banco Santander	Financiamento de Projetos	fev/26	4,99%	982.540	1.733.153
Total				**982.540**	**1.733.153**
Classificado como:					
Circulante				18.032	35.458
Não circulante				964.508	1.697.695

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

Empresa	Saldo em 31/12/2021	Juros Incorridos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial	Saldo em 31/12/2022
NCE	1.733.153	63.661	(626.766)	(80.125)	(107.383)	982.540

Empresa	Saldo em 31/12/2020	Juros Incorridos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Variação cambial	Saldo em 31/12/2021
NCE	1.626.220	91.993	(51.448)	(51.001)	117.389	1.733.153

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos: (a) Em 22 de março de 2018 a Companhia captou NCEs (Nota de crédito de exportação) com o banco Santander, o montante de R$ 1.120.734. Garantias: Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidrovias do Brasil através de avais, notas promissórias ou depósitos em contas bancárias. Cláusulas restritivas: A Companhia não possui clausulas restritivas em seus contratos financeiros. Vencimento das parcelas de longo prazo: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os

continua …

D4Sign 1492d28c-4866-4d67-a37d-a0f1e1943caf - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

vencimentos a longo prazo, têm a seguinte composição:

	2022	2021
2025	964.508	1.697.695
Total	**964.508**	**1.697.695**

14. Obrigações sociais e trabalhistas	**2022**	**2021**
Salários e ordenados a pagar	13	162
Provisão para bônus e gratificações	8.012	3.629
Férias e encargos	5.983	5.596
INSS a recolher	956	518
IRRF a recolher	1.152	593
FGTS a recolher	487	–
Total	**16.603**	**10.498**

15. Processos judiciais	**2021**	**Adições**	**Baixas**	**2022**
Trabalhista	16.493	9.612	(3.627)	22.478
Cível	5	503	(26)	482
	16.498	**10.115**	**(3.653)**	**22.960**
	2020	**Adições**	**Baixas**	**2021**
Trabalhista	9.791	6.828	(126)	16.493
Cível	3	75	(73)	5
	9.794	**6.903**	**(199)**	**16.498**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava o montante de R$ 22.478 (R$ 16.493 em 31 de dezembro de 2021) referente a processos trabalhistas, tendo como objeto da ação lucros cessantes, danos morais e honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia, possui 45 processos trabalhistas, 18 cíveis e 3 tributários avaliados como perda possível totalizando o valor de R$ 10.811, R$ 25.988 e R$ 12.612 respectivamente (R$ 7.313 para processos trabalhistas, R$ 1.124 para processos cíveis e R$ 5.090 para processos tributários em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia teve 57 processos trabalhistas baixados totalizando um montante de R$ 5.146 e 3 processos cíveis baixados totalizando um montante de R$ 5. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia, possui depósitos judiciais referentes a recolhimento de ICMS de acordo com mandado de segurança, no valor de R$ 1.929 e R$ 2.407 referentes a taxa de controle e fiscalização de trânsito – TCTF.

16. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R$ 1.267, sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais (R$ 835 em 31 de dezembro de 2021), R$ 1.238 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo (R$ 803 em 31 de dezembro de 2021) e R$ 29 a benefícios de assistência médica (R$ 69 em 31 de dezembro de 2021). Os valores de partes relacionadas referem-se a transações sob condições específicas, definidas internamente pela Companhia. Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa:

	Ativos		Passivos	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Cabotagem (a)	148	148	–	–
Hidrovias do Brasil S.A. (a)	1.143	1.140	(8.050)	(7.270)
Hidrovias Intermediação Serviços (a)	38	(265)	(503)	(181)
Marabá S.A. (a)	29	–	–	–
Resflir (b)	168	168	(432)	(5.510)
Girocantex (c)	–	–	(6.040)	(31.387)
Pricolpar (c)	–	–	(1.117)	(10.524)
Cikelsol (b)	39	39	(1.604)	(4.009)
Adm Portuária Santos S.A. (a) (e)	195.897	30.772	–	–
International Finance S.A. (d)	2.019	2.019	–	(61.385)
Total	**199.481**	**34.021**	**(17.746)**	**(120.266)**
Circulante	3.020	3.184	(17.746)	(58.881)
Não circulante	196.461	30.837	–	(61.385)

(a) A Companhia utiliza-se de serviços administrativos compartilhados, pessoal, recursos tecnológicos e infraestrutura, como: (i) custos de folha de pagamento, (ii) estrutura de TI/software e (iii) custos de aluguel (iv) processamento de notas, contabilidade e auditoria, que são repassados entre as empresas do Grupo; (b) A Companhia possui passivos de contratos de afretamento (*leasing*) com outras empresas, cujo objeto é o afretamento de empurradores para ser utilizado na navegação e movimentação das barcaças através das hidrovias. A Companhia utiliza-se de serviços administrativos que foram registrados no ativo a receber; (c) Referem-se somente aos contratos de afretamento (*leasing*) com outras empresas, cujo objeto é o afretamento de empurradores para ser utilizado na navegação e movimentação das barcaças através das hidrovias registrados no passivo. (d) A Companhia registrou um passivo de mútuo em 30 de junho de 2021 com a Hidrovias International Finance. O prazo para pagamento é de 12 meses contando a partir da data do desembolso do mutuante. A Companhia utiliza-se de serviços administrativos que foram registrados no ativo a receber. (e) Refere-se a mútuo concedido para Hidrovias Administração Portuária Santos S.A. no montante de R$ 195.624 com prazo para liquidação em até 5 anos de acordo com cada contrato e cobrança de juros e apresentados no resultado de operações com partes relacionadas.

	Resultado	
	2022	**2021**
Receita:		
Hidrovias Intermediação (a)	169	1.972
	169	**1.972**
Despesa:		
Hidrovias do Brasil	–	5.374
Girocantex (b)	10.918	(290)
Cikelsol (b)	10.001	2.584
Resflir (b)	10.531	–
Pricolpar (b)	9.373	2.355
	40.823	**10.023**

(a) Trata-se de serviços de transporte; (b) Trata-se de despesas de aluguel dos modais para movimentação e armazenagem de mercadorias.

17. Capital social – Em 31 de agosto de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R$450.000 mediante emissão de 450.000.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, o capital social era de R$969.596 (R$519.596 em 31 de dezembro de 2021), representado por 969.596.446 (519.596.445 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 está detalhada a seguir:

	2022		2021	
Acionistas	**Ações ordinárias**	**%**	**Ações ordinárias**	**%**
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. ("HB Holding Norte")	969.596.446	100	519.596.445	100
Total	**969.596.446**	**100**	**519.596.445**	**100**

Reserva Legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu o montante de R$ 648 de reserva legal. Reserva de Incentivo Fiscal: De acordo com CPC 07 registramos o incentivo fiscal conforme descrito na nota explicativa nº 26. Dividendos: Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei 6.404/76.

18. Resultado por ação – O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no período, conforme quadro a seguir:

	2022	2021
Lucro/Prejuízo do exercício	258.787	(13.387)
Média ponderada de ações básicas	669.596	519.596
Lucro do exercício por lote de mil ações básicas	**0,3865**	**(0,0258)**

19. Compromissos e garantias – Como parte da estratégia de negócios, celebramos contratos de longo prazo com os nossos clientes com requisitos mínimos de volume e taxas fixas de frete. A execução de novo contrato a longo prazo com clientes tende a ter efeito positivo significativo em nossa receita líquida enquanto a perda de um contrato material existente teria o efeito oposto. A Companhia possui contratos de longo prazo com os seguintes clientes: 1. SODRU, com um adendo de contrato mantendo o mesmo propósito do contrato vigente, com validade de 10 anos a partir de fevereiro de 2017. 2. COFCO, com validade de 10 anos a partir de 2016 (estendido para 2031). 3. NOBLE, com validade de 10 anos a partir de 2016 (estendido para 2031).

20. Receita operacional líquida	**2022**	**2021**
Serviços de elevação	304.918	185.291
Serviços de transbordo	88.636	59.183
Serviços de transporte	392.640	324.720
Total da receita bruta	**786.194**	**569.194**
ISS	(19.214)	(12.255)
PIS	(3.020)	(3.596)
COFINS	(14.157)	(16.834)
ICMS	(2.408)	(1.539)
Subtotal dos impostos	**(38.799)**	**(34.224)**
Total da receita líquida	**747.395**	**534.970**

21. Custos e despesas por natureza	**2022**	**2021**
Salários, encargos e benefícios	(106.721)	(83.071)
Depreciações e amortizações	(112.920)	(101.476)
Manutenção	(18.125)	(17.145)
Combustível	(89.541)	(50.071)
Serviços de terceiros	(29.227)	(29.463)
Baixa de ativos por perda	(149)	–
Perdas por *impairment*	(24.740)	–
Aluguéis	(2.513)	(2.060)
Fretes	(58)	(1.054)
Viagens e passagens	(3.104)	(4.851)
Copa e cozinha	(3.437)	(4.932)
Agenciadores	(793)	(708)
Operacionais e segurança	(11.619)	(10.394)
Taxas diversas	(3.055)	(2.791)
Materiais operacionais	(9)	(336)
Seguros	(9.570)	(9.534)
Doações	–	(10.357)
Processos judiciais	(5.295)	(5.311)
Outras (despesas) receitas	(34.922)	(32.009)
Total	**(455.798)**	**(365.563)**
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(380.378)	(310.006)
Gerais e administrativas	(50.680)	(55.557)
Perdas por impairment	(24.740)	–
Total	**(455.798)**	**(365.563)**

21.1 Outras Despesas/Receitas	**2022**	**2021**
Créditos extemporâneos	–	9.607
Varredura	–	16.387
Prêmios por desempenho operacional	–	12.457
Outros	203	13.182
Total	**203**	**51.633**

22. Resultado financeiro	**2022**	**2021**
Receitas:		
Receitas de aplicações financeiras	4.395	776
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(2.068)	(241)
Juros s/ mútuo	15.624	–
Atualizações monetárias e cambiais	110.010	–
Ganhos com investimentos	–	2.544
Outras Receitas	51	113
Total	**128.012**	**3.192**
Despesas:		
Juros s/ emprést,	(63.661)	(91.993)
Perdas com investimentos	(18.135)	–
Atualizações monetárias e cambiais	–	(117.389)
Imposto sobre operações financeiras – IOF	(1.852)	(2.744)
Outras despesas	(4.386)	(5.568)
Total	**(88.034)**	**(217.694)**
Resultado financeiro líquido	**39.978**	**(214.502)**

23. Imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, para a Companhia ao qual apresentou Lucro Contábil, e consequentemente a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização. Para o ano calendário 2021, a Companhia optou pela apuração do Lucro Real através da metodologia Trimestral, conforme apresentado nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais apresentados à Receita Federal do Brasil, por este motivo no quadro a seguir são apresentadas as demonstrações dos cálculos do IRPJ e CSLL referente à consolidação do primeiro ao quarto trimestre do ano calendário em questão.

em R$ mil	**2022**	**2021**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	331.778	6.538
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à Aliquota Nominal	**(112.805)**	**(2.223)**
Ajustes Permanentes:		
Despesas indedutíveis	(10)	(8.652)
Outros	(9.363)	(1.498)
Perda imobilizado (Venda ou Baixa)	(5.166)	–
Outros Ajustes:		
Subvenção governamental	2.640	13.126
Diferença s/ alíquota na mensuração de impostos diferidos	51.155	(21.526)
Programa de alimentação do trabalhador	558	848
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(72.991)**	**(19.925)**
Impostos correntes	(31.385)	(37.432)
Impostos diferidos	(41.606)	17.507
	(72.991)	**(19.925)**
Alíquota Efetiva	**21,00%**	**304,76%**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos em 2022 sobre os saldos acumulados de diferenças temporárias e prejuízo fiscal, até 31 de dezembro de 2022, para Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, à alíquota de 6,25% de IRPJ (redução de 75%) e 9% de CSLL totalizando uma aliquota nominal de 15,25%, baseando-se no lucro da exploração que é um incentivo fiscal da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, pleiteado pela Companhia é reconhecido à alíquota de 25% de IRPJ e 9% de CSLL totalizando 34%, alinhado com a legislação vigente. A rubrica de Variação Cambial é apresenta como consequência da adoção da tributação das variações cambiais pela metodologia de caixa, ao qual o efeito de tais ajustes no LALUR/LACS é o reconhecimento de ativo diferido a Companhia também apresenta passivo diferido constituído sobre um dano patrimonial recebido em 2018. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório, sendo reduzidos conforme sua respectiva compensação ou caso sua realização não seja mais provável.

	2022			2021
	Valor Líquido	**Ativo Fiscal Diferido**	**Passivo Fiscal Diferido**	**Valor Líquido**
Provisão bônus	1.081	1.081	–	553
Provisão fornecedores	533	533	–	410
Provisão combustível	250	250	–	153
Outras provisões	128	128	–	706
Outras provisões operacionais	683	683	–	1.461
Contingências trabalhistas	3.260	3.260	–	2.515
Prejuízo fiscal	–	–	–	1
(-) Redução por *impairment* de ativos	1.470	1.470	–	–
Prov. Contingências Judiciais	242	242	–	–
Variação cambial	63.889	63.889	–	109.259
Leasing financeiro	243	243	–	308
Juros a capitalizar	(4.293)	–	(4.293)	(4.312)
Dano patrimonial	(37.864)	–	(37.864)	(39.826)
Impostos Ativos (passivos) antes da compensação	**29.622**	**71.779**	**(42.157)**	**71.228**
Compensação de Imposto		(42.157)	42.157	
Saldos Liquidos Apresentados no Ativo/Passivo		**29.622**	**–**	

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	2022	2021
Saldo Inicial	71.228	53.721
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(41.606)	17.507
Saldo Final	**29.622**	**71.228**

A Companhia estima realizar os saldos de ativos fiscais diferidos, conforme os períodos abaixo demonstrados, sendo do 1º ao 2º ano serão realizadas as provisões e, do 5º a 7º ano serão realizados os saldos de variação cambial oriunda do empréstimo que será liquidado neste período, conforme quadro demonstrativo:

24. Instrumentos financeiros – 24.1. Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, os valores justos estimados dos instrumentos são os mesmos dos valores contabilizados exceto para empréstimos e financiamentos, conforme segue:

		2022	2021
Ativos			
Valor justo por meio do resultado:			
Titulos e valores mobiliários	Nível 2	110.845	381.468
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	26.393	3.299
Contas a receber	Nível 2	28.299	18.758
Créditos com partes relacionadas	Nível 2	199.481	34.021
Passivos			
Passivo pelo custo amortizado:			
Fornecedores	Nível 2	50.513	28.271
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2	17.746	58.881
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	982.540	1.733.153
Dividendos a pagar	Nível 2	435	435

Nota: A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **24.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:** Os instrumentos financeiros da Companhia, segregados entre ativos classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, e passivos classificados por meio do custo amortizado. São substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2022, estão apresentados a seguir.

		Valor Justo		Valor Contábil	
		2022	**2021**	**2022**	**2021**
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	26.393	3.299	26.393	3.299
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	110.845	381.468	110.845	381.468
Contas a receber	Nível 2	28.299	18.758	28.299	18.758
Créditos com partes relacionadas	Nível 2	199.481	34.021	199.481	34.021
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	50.513	28.271	50.513	28.271
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	982.540	1.733.153	982.540	1.733.153
Dividendos a pagar	Nível 2	435	435	435	435

24.3. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos: A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. **24.4. Gerenciamento de riscos:** Gerenciamento de risco financeiro: *Visão geral:* Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros. A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Estrutura de gerenciamento de risco: *Risco de crédito:* É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras. Conforme mencionado em nota explicativa nº 6 a Companhia após análise e aplicabilidade das políticas de contas a receber não possui perda relevante para suas demonstrações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Quanto as aplicações financeiras, os recursos são alocados em fundos de investimentos e instituições financeiras de primeira linha, com rating AA.

Escala Nacional	**Rating**
Banco ABC	AA
Itaú	AA
Santander	AA

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	26.393	3.299
Contas a receber	28.299	18.758
Títulos e valores mobiliários	110.845	381.468
Créditos com partes relacionadas	199.481	34.021

Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia possue as respectivas obrigações:

Risco de Liquidez		2022
	Próximos 12 meses	**37 meses em diante**
Fornecedores (Nota 12)	50.513	–
Dividendos	435	–
Empréstimos e financiamentos (*)	18.032	964.508

(*) O valor possui juros contratuais conforme abertura da nota 13.

Risco de taxa de juros: Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

Risco de Taxa de Juros	2022	2021
Ativos:		
Títulos e valores mobiliários	110.845	381.468
Empréstimos e financiamentos	982.540	1.733.153

As taxas de juros estão divulgadas nas notas explicativas 5 e 13. Análise de sensibilidade: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. **Variação das taxas de juros e taxas de câmbio:** Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. A Companhia preparou três cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data-base das informações contábeis intermediárias e os cenários II e III consideram redução de 10% e 15%, respectivamente, na variável de risco considerada. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário. As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado:

Variação das Taxas de Juros			**Taxa Estimada**						
Instrumentos financeiros	**Risco**	**Taxa**	**Cenário Provável**	**Cenário Possível 10%**	**Cenário Remoto 15%**	**Saldo em 31/12/2022**	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
Títulos e valores mobiliários	Variação Cambial – Ptax 800	5,2177	5,2500	4,6959	4,4350	110.845	(581.934)	(520.518)	(491.601)
					Total	**110.845**	**(581.934)**	**(520.518)**	**(491.601)**

Variação cambial: Para verificar a sensibilidade da exposição cambial líquida à qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes, classificados como provável, possível e remoto. As variáveis consideradas estão descritas na tabela abaixo, seguida da sensibilidade. O cenário I considera as taxas de câmbio futuros observadas na data-base das informações contábeis intermediárias e os cenários II e III consideram o aumento de 10% e 15%, respectivamente, na variável de risco considerada.

			Taxa Estimada						
	Risco	**Taxa**	**Cenário Provável**	**Cenário Possível 10%**	**Cenário Remoto 15%**	**Saldo em 31/12/2022**	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
Nota de Crédito de Exportação	USD	5,2177	5,2500	5,7395	6,0004	110.845	(21.113)	(19.313)	(18.473)
Total						**110.845**	**(21.113)**	**(19.313)**	**(18.473)**

24.5. Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é apresentada a seguir:

	2022	2021
Total dos passivos circulante e não circulante	(1.198.484)	(1.994.429)
Caixa e equivalentes de caixa	26.393	3.299
Títulos e valores mobiliários	110.845	381.468
(Insuficiência) sobra líquida de caixa	**(1.061.246)**	**(1.609.662)**
Patrimônio líquido	982.556	273.769
Relação entre patrimônio e a (Insuficiência) sobra líquida de caixa	**(93%)**	**(17%)**

25. Seguros – A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, embarcações e barcaças e, também, para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro 2022 e de 2021 é como segue:

continua …

D4Sign 1492d28c-4866-4d67-a37d-a0f1e1943caf - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

	2022	2021
Riscos Operacionais		
Operador portuário	252.410	252.410
Casco/máquinas e responsabilidade civil (embarcações a casco nu)	257.834	257.834
	510.244	**510.244**

26. Subvenção e assistência governamentais – • SUDAM: Lucro da Exploração – SUDAM é um incentivo fiscal concedido às pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação de empreendimento de infraestrutura que fomente a economia, bem como esteja totalmente estabelecida nos estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (ao qual o estado do Pará está incluso). Este benefício concede redução de 75% do Imposto Renda e seus adicionais (25% para 6,25%), pelo prazo de 10 anos. Tal benefício resultou em um ajuste de R$8.096, calculado com base no lucro fiscal da Companhia. • AFRMM: AFRMM é o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, trata-se de um imposto que incide sobre o valor do frete cobrado pelas empresas brasileiras e estrangeiras de navegação que operam em porto brasileiro, de acordo com o conhecimento de embarque e o manifesto de carga. O AFRMM é de responsabilidade da Receita Federal e é regido pelas leis nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004, com as alterações trazidas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013. A utilização desses recursos é restrita e só podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. A Companhia ainda não goza dos benefícios de subvenção governamental relativo ao AFRMM, porém reconheceu em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$ 26.675 no balanço patrimonial até sua realização.

27. Itens que não afetam o caixa – Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$4.931 refere-se a fornecedores para aquisição de imobilizados e intangíveis que não afetou o caixa da Companhia.

28. Eventos subsequentes – Logística de Sal: A Companhia vinha realizando iniciativas para viabilizar potencial operação de logística de sal no Rio Grande do Norte, em razão da negativa da ANTAQ quanto ao registro de instalação flutuante fundeada para tal operação, que alegou que, segundo decisão proferida, essa operação retiraria competitividade do terminal público que seria objeto de leilão durante o ano de 2022. Naquela oportunidade, a Companhia recorreu administrativamente e, sem reverter tal decisão, esgotada a esfera administrativa, ingressou com ação judicial com pedido liminar para obtenção de referido registro, a qual também teve seu pedido negado. Diante de tal óbice regulatório intransponível para referida operação, sem solução também na esfera judicial, em 2023 a Companhia assimilou a inviabilidade de realizar a operação de logística de sal no Rio Grande do Norte nos modelos inicialmente pensados. Nesse contexto, restou evidente para a Companhia o direcionamento de seus esforços e recursos para futuros e potenciais projetos com condições mais atrativas de retorno. Dessa forma, diante das diferentes oportunidades presentes em sua operação e no mercado, a Companhia estuda a melhor forma de utilizar o ativo customizado e que seria direcionado para referida operação como "porto flutuante", denominado, HB Potiguar.

Fabio Abreu Schettino – Diretor Presidente **Gleize Franceschini Gealh** – Vice-Presidente de Operações **Felipe Nezio de Castro** – Contador CRC 1SP 324.785/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. | Barcarena, Pará

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de outubro de 2023.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

Andre Fonseca da Rocha
Contador
CRC 1SP 265.531/O-8

D4Sign 1492d28c-4866-4d67-a37d-a0f1e1943caf - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Hidrovias Brasil Vila Conde Balanco 2022 pdf

Código do documento 1492d28c-4866-4d67-a37d-a0f1e1943caf

Assinaturas

Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou

Eventos do documento

30 Oct 2023, 08:32:45
Documento 1492d28c-4866-4d67-a37d-a0f1e1943caf **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email:antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2023-10-30T08:32:45-03:00

30 Oct 2023, 08:33:18
Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2023-10-30T08:33:18-03:00

30 Oct 2023, 08:33:42
ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 44008) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2023-10-30T08:33:42-03:00

Hash do documento original
(SHA256):7d9860a481aedadd8e7b6ac120b2af883e075db1855f1946c268af15e68c0e03
(SHA512):6698d0712c67cd8872edf0d4c7c54d1507f43b98e589c9540ebaec62d5c7c02fdf9fb5739342d026806388725c940e0fbc2e1d493aa5cc8ca28ba7d5d869f75c

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign